



Belo Horizonte, 29 de novembro de 2012.

Controle Processual

Processo n° 02030001214/11

Requerente: Maria Aparecida de Fátima e Almeida Nahas

Propriedade/empreendimento: Fazenda Aliança

Município: Corinto

I - Do Relatório

Maria Aparecida de Fátima e Almeida Nahas protocolizou, em 01/07/2011, junto ao NRR/Araxá, requerimento para intervenção ambiental objetivando supressão de vegetação nativa com destoca em 50,0000 ha. para implantação de pastagem para pecuária.

O Parecer Técnico elaborado pelos analistas Hildebrando Gonçalves Campos e Sula Janaína de Oliveira Fernandes, constante do Anexo III, afirma tratar-se de área inserida no Bioma Cerrado, fitofisionomia de Cerrado, com ocorrência das espécies nativas típicas tais como: Sucupira, Pau Terra, Cagaita, Tingui, Capitão, Gonçalves Alves, Jacarandá Cascudo, Jatobá, Faveira, Tucaneira, entre outras.

A Reserva Legal encontra-se averbada a margem do registro do Cartório de Imóveis, na matrícula n°. 11.090, Comarca de Corinto, em uma área de 37,00 ha.

Torna-se mister observar que o laudo de vistoria apresentado traz uma análise da Consulta realizada ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE) onde verificou-se que o grau de vulnerabilidade natural do imóvel mostrou-se alta, sendo assim, restou necessária a verificação dos aspectos ambientais da área para confirmação das avaliações de vulnerabilidade natural e prioridade de conservação conforme DN n° 130/2009. Neste sentido, através de análise pontual, a descrição da área apresentada pelo ZEE foi descaracterizada, pois, constatou que a área objeto deste Parecer é antropizada, já tendo sido efetuada supressão de vegetação anteriormente.

Por fim, o laudo técnico concluiu como passível de autorização a intervenção ambiental requerida referente a 35,0000 ha de cerrado.

É o breve relato do processo. Passamos ao controle processual.

II - Do Controle Processual

A análise do requerimento em questão foi feita com embasamento legal na Lei Estadual n°14.309/2002 que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção a biodiversidade do Estado e outras legislações ambientais aplicáveis.

Quanto a intervenção ambiental proposta, nos termos do Decreto Estadual n° 45.968 de 23 de maio de 2012 que alterou o Decreto n° 44.667, de 3 de dezembro



de 2007, que dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental COPAM – de que trata a Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007 e o Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, compete a Comissão Paritária – Copa a análise do mérito.

Neste sentido, temos:

“Art. 42 - Os Núcleos Regionais de Regularização Ambiental têm por finalidade propor o planejamento e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos na respectiva área de abrangência territorial, competindo-lhes analisar, de forma integrada e interdisciplinar, os processos de regularização ambiental, articulando-se com os órgãos e entidades do SISEMA, nos processos relativos a: I - supressão de cobertura vegetal nativa com destoca ou sem destoca para uso alternativo do solo; II - intervenção em áreas de preservação permanente com ou sem supressão de vegetação nativa; III - destoca em vegetação nativa; IV - limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso; V - corte e aproveitamento de árvores isoladas, vivas ou mortas, em meio rural; VI - coleta de plantas e produtos e da flora nativa; VII - manejo sustentável da vegetação nativa; VIII - corte e a poda de árvores em meio urbano, na hipótese do inciso II do art. 15 da Lei Complementar Federal nº 140, de 8 de dezembro de 2011; IX - regularização de ocupação antrópica consolidada em Área de Preservação Permanente – APP; X - supressão de maciço florestal de origem plantada, com presença de sub-bosque nativo, com rendimento lenhoso; XI - supressão de maciço florestal de origem plantada localizado em áreas de reserva legal; XII - supressão de maciço florestal de origem plantada localizado em áreas de preservação permanente; XIII - autorização de queima controlada; XIV - regularização de reserva legal através da sua demarcação, relocação, recomposição, compensação ou desoneração, nos termos da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, e da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; XV - outorga do direito de uso dos recursos hídricos; e XVI - prestar apoio às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental, quando solicitados.

§ 1º - Os Núcleos Regionais de Regularização Ambiental subordinam-se técnica e administrativamente às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental.

§ 2º - Os processos de que tratam os incisos I a XII, quando envolverem supressão de vegetação nativa, deverão, após análise pelo Núcleo Regional de Regularização Ambiental, ser encaminhados para deliberação e decisão da Comissão Paritária respectiva, conforme disposto em Deliberação do COPAM.

§ 3º - Na hipótese de não ocorrer supressão de vegetação nativa, os processos de que tratam os incisos I a XII deverão, após análise pelo Núcleo Regional de Regularização Ambiental, ser decididos pelo Superintendente Regional de Regularização Ambiental.”

Corroborando o exposto, a Deliberação COPAM nº 435 de 26 de junho de 2012, abarcou a nova organização das Comissões Paritárias – Copas, e trouxe a seguinte definição:

Art. 1º - As Comissões Paritárias - Copas são unidades deliberativas encarregadas de analisar, no âmbito de sua atuação territorial, os pedidos de supressão de



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana
Núcleo de Regularização Ambiental de Belo Horizonte

cobertura vegetal nativa não integrados ao processo de licenciamento, com suporte dos Núcleos Regionais de Regularização Ambiental e das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental - Supams, ressalvados os pedidos relativos a árvores isoladas, queima controlada e limpeza de pastagem, de acordo com volumetria definida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam.

Por fim, no que concerne a documentação acostada no processo, verifica-se que os documentos necessários à instrução processual apresentados se encontram em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis ao presente caso.

Quanto às medidas mitigadoras e compensatórias, sugere-se no laudo técnico: 1. Após a exploração da área, evitar que o solo fique exposto a intempéries climáticas, implantando medidas de conservação do solo como: construção de curva de nível e bacias de contenção para reter as partículas do solo e promover a infiltração da água. 2. Preservar (Proibido corte) as espécies protegidas por Lei, imune de corte e ameaçadas de extinção na área de intervenção tais como: Pequi, Pequi-eiro, Gonçalo Alves, Sucupira, Araticum e Murici. 3. Evitar o uso de fogo, avivar os aceiros. 3. O proprietário deverá efetuar o cercamento, com no mínimo, 04 (quatro) fios de arame, o perímetro da Reserva Legal para evitar o pastoreio e pisoteio de animais; 4. O proprietário deverá efetuar o aceiro em volta da área de reserva legal com o objetivo de proteção a incêndios florestais; 5. Deverá ser preservada uma área de proteção à espécie Pequi com um raio de 15 (quinze) metros a partir do tronco das árvores, assim, como todas as árvores protegidas, inseridas nestas áreas.

III - Conclusão:

Diante disso, conclui-se pela possibilidade de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, tal como autorizada, ou seja, 35,0000 ha para implantação de pastagem para agricultura, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das medidas mitigadoras.

Cristina Campos de Faria
Coordenadora dos Núcleos de Regularização Ambiental
MAS 1197306-2

Márcia Regina Barletta Paiva
Consultora Jurídica
MASP 1.201.331-2

Bruno Malta Pinto
Diretor de Controle Processual
MASP 1220033-3